NÍVEL E RANKING DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

LEVEL AND RANKING OF TRANSPARENCY AND ACCESS TO INFORMATION ON THE MUNICIPALITIES OF RONDONIA STATE, BRAZIL

David Nascimento Moraes Junior*

Alexandre de Freitas Carneiro**

José Moreira da Silva Neto***

RESUMO

Esta pesquisa faz uma análise dos portais eletrônicos de cinquenta municípios do estado de Rondônia, com o objetivo de identificar o nível de divulgação das exigências legais por meio de um *ranking*. A pesquisa é caracterizada como descritiva, com abordagem predominantemente qualitativa. O modelo de análise é adaptado de Raupp e Pinho (2013) e divide-se por três dimensões: prestação de contas, transparência e informação e participação, sendo que cada uma conta com indicadores de capacidade nula, baixa, média ou alta. Os resultados revelam que os municípios que apresentam os melhores indicadores são Ariquemes, Governador Jorge Teixeira, Porto Velho e Vilhena. O *ranking* evidencia que os municípios pesquisados, no geral, não fornecem informações e relatórios necessários para um efetivo controle social, o que deixa clara a ausência de construção da *accountability* no âmbito municipal rondoniense. Conclui-se que o nível identificado nas três dimensões está em descompasso com o presente estágio de desenvolvimento da legislação brasileira. O estudo torna-se relevante no âmbito estadual por aferir o cumprimento da legislação por parte dos municípios estudados, assim como por contribuir para estudos posteriores, de forma que se possa verificar se as irregularidades encontradas foram corrigidas.

Palavras-chave: *Accountability*. Municípios. *Ranking*. Transparência.

Manuscript first received /Recebido em : 26/06/2015 Manuscript accepted/Aprovado em: 10/12/15

* Bacharel em Ciências Contábeis. Contador. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Email: davidnm56@hotmail.com

** Professor do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis – UNIR. Mestre em Administração. Email: alexandrevha95@gmail.com

*** Doutor em Engenharia de Produção. Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração e do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis – UNIR. Email: msilva@unir.br

ABSTRACT

This research is an analysis of the official websites of fifty municipalities in the state of Rondônia, with the objective of identifying the level of availability of certain information, legally required to be disclosed, and, then, establishing a ranking. The research adopts a descriptive approach, being predominantly qualitative. The model of analysis is adapted from Raupp and Pinho (2013) and focuses on three dimensions: accountability, transparency and information and participation, each according to the following indicators: null, low, medium and high capacity. The results showed that the municipalities that have the best indicators are Ariquemes, Governador Jorge Teixeira, Porto Velho and Vilhena. The ranking shows that the municipalities surveyed, in general, do not provide the information and the reports that are necessary for an effective social control, which makes it clear that there is no construction of accountability in the municipalities of the state of Rondônia. The research concludes that the level of capacity identified for three dimensions is in conflict with the current stage of development of the Brazilian legislation. The study is relevant within the state once it assesses the level of accordance with the legislation of the websites of the municipalities studied, as well as contributes to further studies, aiming at verifying if the irregularities identified were corrected.

Keywords: *Accountability. Municipalities. Ranking. Transparency.*

1 INTRODUÇÃO

A publicidade, um dos princípios balizadores da administração pública, previsto expressamente no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, apresenta-se como uma das formas que permitem o exercício da cidadania e da democracia, por meio da divulgação, de modo compreensível e acessível, das contas públicas, promovendo a possibilidade de análise dessas contas por parte dos usuários das informações contábeis. Desse modo, segundo Prado (2004), é fundamental que os governantes tornem públicos não só os próprios atos, mas também disponibilizem informações relativas à administração pública, de forma a tornar o governo cada vez mais transparente.

Conforme argumenta Santana Júnior (2008), quando o cidadão é chamado a contribuir compulsoriamente com tributos para que o Estado possa se manter e realizar as tarefas pelas quais foi constituído, o cidadão passa a cobrar do Estado, por meio dos seus governantes e gestores públicos, a maneira mais eficiente de se empregar os recursos públicos arrecadados.

Todavia, segundo Avelino, Bressan e Cunha (2013), nem sempre o interesse do agente público é convergente com os interesses da população em geral. Ainda a esse respeito Queiroz *et al*, (2013) esclarece que na administração pública, a existência da assimetria informacional pode dificultar a fiscalização dos órgãos competentes e da sociedade, propiciando ao gestor público um ambiente adequado para a utilização inadequada dos recursos públicos.

Nesse cenário, a evolução das tecnologias da informação, consubstanciada principalmente na propagação do uso da internet pela maioria da população, exerce função basilar na redução da assimetria informacional existente, à medida em que os usuários das informações contábeis têm seu acesso facilitado através de portais eletrônicos de transparência. Tal acesso permite que, conforme

Pablos, Figueroa e Rodríguez (2007), a prestação de contas realizada não fique contida somente à fiscalização oficial, mas também seja aberta à apreciação de diversos auditores independentes para que avaliem as contas públicas, como a imprensa livre, as organizações civis, acadêmicos, analistas políticos e a própria população.

A fim de regulamentar a divulgação de informações e a efetiva prestação de contas por parte dos governantes foi sancionada a Lei Complementar nº 131/09 - Lei da Transparência, que aumenta a abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - Lei Complementar nº 101/00, sendo que a qualquer pessoa física ou jurídica será disponibilizado o acesso à informação referente à despesa e à receita. Portanto, para todos os atos praticados pelos agentes públicos que gerem os entes da Federação, deverão ser divulgados uma quantidade mínima de dados referentes a tais atos, facilitando o exercício tanto do controle externo quanto do interno. Com o intuito de complementar e de promover maior entendimento aos princípios expressos anteriormente, foi promulgada a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI. De acordo com seu art. 3º, os procedimentos previstos no corpo da lei, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

Zuccolotto & Teixeira (2014) concluíram que a transparência fiscal, em nível estadual, enquanto instrumento para consolidação democrática, ainda é incipiente no Brasil e, segundo Owen, Cooke e Matthews (2013), há muita oportunidade de pesquisa acadêmica para investigar as fronteiras entre a política de informação, a administração pública e o uso da internet colaborativa.

Diante do exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de divulgação das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei da Transparência e da Lei de Acesso à Informação nos municípios do Estado de Rondônia? O estudo tem como objetivo geral identificar o nível de divulgação das exigências legais por meio de um *ranking* com base em dados coletados em 2014. Especificamente, consiste em: elaborar o *checklist* de verificação das exigências da LRF, da LC 131/09 e da LAI (Lei nº 12.527/2011), conforme modelo de análise de Raupp e Pinho (2013); analisar o nível de divulgação de evidenciação e transparência, e elaborar um *ranking* municipal de evidenciação e transparência e informação.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, no segundo tópico serão revistos conceitos transparência e *accountability* no setor público, as normas e estudos anteriores. No terceiro será apresentado o método da pesquisa. No seguinte, serão expostos os resultados da pesquisa e sua discussão. Por fim, as considerações finais, com as limitações e recomendações de novos estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência e *Accountability* no Setor Público

No contexto contábil o principal objetivo da divulgação de informações materializa-se em apoiar os usuários internos e externos da contabilidade na tomada de decisões. Desse modo, o escopo das demonstrações contábeis baseia-se na prestação de informações sobre a posição patrimonial, financeira e econômica das empresas (COLAUTO *et al.*, 2009).

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está fundamentado nessa mesma linha de pensamento, uma vez que visa as seguintes ações: a) fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações; b) contribuir para o processo de tomada de decisão; c) viabilizar a adequada prestação de contas; d) apresentar o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (CFC, 2008).

A fim de alcançar os seus objetivos, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público necessita da aplicação prática de uma visão gerencial, que facilite a publicidade dos atos praticados, de forma a atender aos anseios da sociedade. Esse princípio está intrinsecamente ligado ao princípio da transparência.

Para Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), o termo transparência tem sua origem no século XIX, mas é no século XX que seu uso tomou o significado que conhecemos hoje, relacionado à política e, mesmo que seu conceito seja cada vez mais encontrado na literatura acadêmica, seu significado ainda permanece fluido, pelo fato de esse conceito ser usado em vários aspectos relacionados ao fluxo de informações. Segundo esses autores, o conceito aplicado ao campo da administração pública entende-se como a gestão dos assuntos públicos para o público, e concluem os autores que a definição de transparência está em construção.

De acordo com os ensinamentos de Figueiredo & Santos (2014), a cobrança da sociedade por visibilidade está vinculada à necessidade de abrir acesso ao conteúdo informacional dos atos e gastos efetivados pelo governo. Sendo que o conhecimento pleno desses atos, por si só, não atende às expectativas do cidadão, que, também, exige qualidade da informação e a prestação destas informações no tempo adequado. Uma sociedade participativa consciente da atuação dos seus representados desempenha, de forma mais satisfatória, o exercício da democracia, positivado na Magna Carta de 1988.

Conforme Platt Neto *et al.* (2007), a transparência pode ser desmembrada em três elementos para que o controle social seja efetivo. O primeiro deles, defendido nesta conjuntura, é a publicidade. A publicidade pode ser entendida como a ampla divulgação das informações à população, facilitando o acesso por meio de múltiplos meios de baixo custo e domínio dos usuários. Relacionado com este conceito integra-se a oportunidade das informações fornecidas, com tempestividade e tempo hábil ao apoio às decisões. Como segundo elemento, a compreensibilidade das informações é relacionada à apresentação visual, neste fica inclusa a formatação das informações - demonstrativos, relatórios, entre outros, e ao uso da linguagem. Busca-se idealmente a simplicidade, a linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, no sentido de aumentar o entendimento das informações. Por fim, o terceiro elemento da transparência das contas públicas é a utilidade para decisões. A utilidade está amparada na relevância das informações (PLATT NETO *et al.*, 2007).

A relevância, por sua vez, pode ou não coincidir com os interesses dos usuários. Como exemplo tem-se a disponibilização dos gastos com diárias pagas aos vereadores de certo município, que provavelmente terá relevância para a população em geral. Já a divulgação de informações referente às compras que o Estado realiza possui como público alvo os fornecedores em sentindo amplo, que têm interesse no assunto. Integrada à relevância, está a confiabilidade das informações a que os usuários têm acesso, ou seja, a garantia de veracidade do que é divulgado. A comparabilidade deve ser propiciada entre períodos e entre entidades (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Por conseguinte, o princípio da transparência na administração pública, em uma de suas vertentes, identifica-se com a indisponibilidade dos bens públicos, ou seja, o agente público não deve dispor daquilo que não possui, daquilo que é do povo, sendo obrigado, portanto, a prestar contas de forma acessível e com linguagem de fácil compreensão.

A partir desse momento, surge a ideia de *accountability*, definida por Santana Júnior *et al*, (2009) como a responsabilidade de todo gestor público na prestação de contas à sociedade, não se tratando apenas de um mecanismo formal, fundamentado em demonstrativos puramente técnicos, longe da realidade da maior parte da população. Deve ser encarado visto como o mecanismo que permita ao cidadão visualizar em todos os graus as responsabilidades individuais dos gestores públicos, eleitos pela sociedade, e poder, assim, julgar e cobrar pelos atos praticados por esses administradores governamentais.

Nakagawa, Relvas e Dias Filho (2007, p. 93) asseguram que a noção de *accountability* no setor público deve centrar-se nos seguintes objetivos: 1) dar explicações a todos os cidadãos, sejam eles eleitores ou não; 2) prover informações posteriores sobre fatos relevantes, quando se tornarem necessárias; 3) rever e, se necessário, revisando sistemas ou práticas para atingir as expectativas dos cidadãos sejam eles eleitores ou não; e 4) conceder compensações ou impor sanções.

Harmonicamente, de acordo com o *United States Government Accountability Office - GAO* (2005, p.31) o conceito de *accountability* torna-se fator imprescindível no processo de governo do nosso País. A sociedade, na função de auditora independente das contas públicas, anseia em saber se: (1) os recursos públicos são administrados adequadamente e utilizados segundo as leis e regulamentos oficiais; (2) os programas de governo estão alcançando seus objetivos e resultados previstos; e (3) os programas de governo estão sendo administrados de forma eficiente, econômica e efetiva.

Para Mota (2006, p. 58), a *accountability* consiste em um “mecanismo de controle do poder, que compele o agente público a explicar seus atos discricionários, tornando públicas as suas motivações, quando provocados institucionalmente, sob pena de punição legal”.

Conforme a definição de Prado (2004, p.36), pode-se inferir, a partir dos conceitos apresentados, que a *accountability* apresenta-se como um princípio que deve conduzir os governos democráticos em busca da prestação de contas à sociedade. Para a sua plena realização é necessário que existam mecanismos institucionais que garantam o controle público das ações dos governantes e permitam aos cidadãos não só serem informados quanto aos atos destes, bem como possam influir na definição das metas coletivas da sociedade.

2.2 Principais normas e instrumentos para a transparência e informação

A pulverização das tecnologias de informação e comunicação - TICs, por meio de diferenciados instrumentos, tem promovido avanços em diversos setores, em especial no setor público, que nos últimos anos implementou métodos de controle com o objetivo de tornar a gestão governamental mais eficiente. O governo eletrônico (*e-gov*) é um desses métodos e disponibiliza serviços à sociedade, além de possibilitar uma aproximação entre o cidadão e o ente governamental, contribuindo para uma maior democratização dos processos, expressa pela *accountability*. Dentre as principais ferramentas utilizadas para operacionalizar o *e-gov* estão os portais eletrônicos (RAUPP, PINHO, 2011).

Todavia, ainda que de maneira incipiente, conforme os ensinamentos de Franco, *et al* (2012, p.1), percebe-se que a internet, principalmente através dos portais eletrônicos, tem sido instrumento indispensável e ágil com o intuito de viabilizar a divulgação dos resultados das contas públicas, cuja obrigatoriedade ganhou espaço nos trechos da LRF e na Lei Complementar nº 131/09.

A Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) designou normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Consoante Queiroz *et al.* (2013, p. 42) “[...] o planejamento, a transparência e, sobretudo a responsabilização consistem nos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal”. Mendes (2012, p. 334) complementa que “no contexto específico da LRF, a transparência aparece como princípio da gestão orçamentária responsável ou como subprincípio do princípio da responsabilidade”. Para o autor o princípio da gestão orçamentária responsável, no qual se baseia a LRF, é explicitado em seu art. 1º; portanto os principais objetivos seriam: a) evitar os déficits; b) reduzir substancialmente a dívida pública; c) adotar uma política tributária racional; d) preservar o patrimônio público; e) promover uma crescente transparência das contas públicas.

Estão submetidos ao cumprimento das diretrizes estabelecidas na LRF a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste último abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público e, respectivamente, suas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes (BRASIL, 2000, art. 1º, § 3º).

Segundo Santana Júnior *et al.* (2009, p. 71) “[...] as peças de planejamento e acompanhamento orçamentário, conjuntamente com os demonstrativos fiscais, destacam-se como instrumentos de transparência da gestão fiscal conforme menciona o art. 48 da LRF”. Esses instrumentos são: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

A Lei Complementar nº 131/09 retificou a escrita do parágrafo único do art. 48 da LRF e inseriu em seu texto os arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C. O parágrafo único do art. 48 foi desmembrado em três incisos, reforçando um dos pressupostos da gestão fiscal responsável: a transparência. No seu texto original a transparência seria assegurada mediante a participação popular e a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Com a nova redação, além do incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de formulação do orçamento a prescrição no *caput* é reiterada, ao determinar a divulgação de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso irrestrito (MENDES, 2012).

Outra exigência imposta pela LC 131/09 foi de que a divulgação dos itens exigidos no texto da lei deverá ser feita por meio de sistema integrado de administração financeira e controle, que obedecerá a um padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (BRASIL, 2000, art. 48, III). Mendes (2012) expõe que, no contexto da LRF, a padronização é vista como um dos instrumentos a serviço da transparência fiscal, pois sem ela não seria possível comparar os resultados entre os entes federativos.

Quanto à fiscalização, a CF e a LC nº 131/09 instituíram que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas

e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas pela lei, submetendo a análise das contas públicas à apreciação de diversos auditores independentes, reafirmando o conceito fixado por Pablos, Figueroa e Rodríguez (2007).

Relativo aos prazos de divulgação das determinações dispostas no corpo da LRF, a LC 131/09 determina o seguinte: um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de cem mil habitantes; dois anos para Municípios que tenham entre cinquenta e cem mil habitantes e quatro anos para Municípios que tenham até cinquenta mil habitantes. Caso os entes não cumpram os prazos fixados, estes ficarão impedidos de receber transferências voluntárias, conforme o artigo 73 B, I, II, III da LRF.

A LRF, alterada pela Lei Complementar n° 131/09, sem dúvida, é considerada um grande avanço para o fortalecimento das relações entre os gestores públicos e os cidadãos, tornando-se instrumento fundamental no processo de fiscalização das contas públicas.

Quanto à utilização dos portais eletrônicos, a Lei de Acesso à Informação (Lei n° 12.527/2011) estabelece que os órgãos e entidades públicas deverão conter sítios na rede mundial de computadores (*internet*) que, entre outras disposições, contenham ferramenta de pesquisa de conteúdo, permitindo o acesso à informação de forma objetiva, transparente e em linguagem de fácil compreensão.

De acordo com Leite Filho, Andrade e Colares (2014), a Lei Complementar n° 131 (2009) e, de forma análoga, a Lei Complementar n° 101 (LRF, 2000) e a Lei n° 12.527 (LAI, 2011) se constituem como mecanismos para controlar a arrecadação e a aplicação de recursos públicos uma vez que exigem a publicidade das informações sobre a execução orçamentária e financeira de forma correta e tempestiva.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), no artigo 6°, incisos I e II, regra que todos os órgãos e entidades públicas devem garantir o gerenciamento transparente da informação, proporcionando acesso à mesma, bem como sua divulgação. Rodrigues (2013) sintetiza as informações conceituadas na LAI que se referem aos seguintes itens: política, organização e serviços dos órgãos e entidades públicas. (art. 7, II e V); implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos. (art. 7, VI); administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos. (art. 7, VII a); resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (art. 7, VII b); registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros. (art. 8, II); registros das despesas. (art. 8, III); informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados. (art. 8, IV); dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades. (art. 8, V); respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. (art. 8, VI).

2.3 Estudos anteriores em portais eletrônicos e transparência das informações

Raupp & Pinho (2013) fizeram uma análise de 93 (noventa e três) portais eletrônicos do Poder Legislativo Municipal do Estado de Santa Catarina e tiveram por objetivo principal elaborar um *ranking* em termos de construção de *accountability*. Os autores concluíram que, com exceção

de nove municípios, os portais eletrônicos não são utilizados como ferramentas para promover a *accountability*, tendo baixa capacidade na divulgação de informações relevantes para a sociedade.

Com objetivo semelhante, Souza *et al.* (2013), em um estudo feito nos oito municípios mais populosos do Rio Grande do Norte (RN), concluíram que os municípios ainda precisam melhorar o nível de transparência de suas informações para que os cidadãos possam ter melhor contato com o que é disponibilizado em seus portais eletrônicos, contribuindo para o exercício do controle social perante os atos da gestão pública. Na pesquisa, o município que obteve a maior nota foi Natal, com 79% da pontuação possível, o que, segundo os autores, pode ser justificado pelo fato de Natal ser o município mais populoso do estado do RN.

Na mesma linha de raciocínio do estudo realizado no ano de 2013, Raupp e Pinho, em 2015, realizaram um estudo nos portais eletrônicos do Poder Legislativo de 75 (setenta e cinco) municípios do estado de Santa Catarina, com população acima de 10.000 habitantes. A pesquisa ocorreu em dois momentos: antes e depois da Lei de Acesso à Informação entrar em vigor. A análise “após” corroborou a nula ou baixa capacidade dos portais eletrônicos em prestar contas, sendo que muitos portais mantiveram a mesma situação. Portanto, os autores observaram que, de maneira geral, a LAI pouco alterou o panorama existente nas Câmaras Municipais e a prestação de contas ainda não é uma realidade nos Legislativos locais.

Na pesquisa realizada por Zuccolotto & Teixeira (2014), foi feita a análise de todos os estados brasileiros – incluindo o Distrito Federal -, e foi constatada a existência de uma distância significativa entre o governo e a sociedade civil, dado que poucas informações são divulgadas pelos Estados, fato esse que manifesta a existência de resquícios do patrimonialismo, em que os governantes tratam os bens públicos como se fossem particulares. Em face do exposto, os autores destacam que há a necessidade contínua de monitoramento e envolvimento político da sociedade sobre a administração pública, com o intuito de reduzir as assimetrias informacionais existentes.

Gingras (2012) estudou os impactos do acesso à informação no governo canadense. A autora preceitua que o acesso à informação é um mecanismo para a abertura do governo aos cidadãos, incentivando a transparência, e é matriz de uma nova estrutura onde a informação e o conhecimento desempenham um papel central. No Canadá verificou-se que as regras informais federais sobre o controle de informações teriam ultrapassado os objetivos democráticos legais para que a informação se tornasse munição para lutas políticas. O estudo concluiu que o atual sistema de divulgação de informações canadense precisa ser reparado para que a divulgação de exigências legais não possa ser suprimida em face de estatutos federais informais e, ao mesmo tempo, respeite a confidencialidade de informações relativas à segurança nacional e à privacidade de informações pessoais, entre outras ações.

No Reino Unido, segundo Owen, Cooke e Matthews (2013), houve um progresso significativo sobre a política do governo sobre a prestação de informação pública ao cidadão, mas conforme esses autores há um longo caminho a percorrer e a maior lacuna evidente na política de informação do governo se refere a habilidade para usar os serviços e informações oferecidos.

Percebe-se que, tanto no nível nacional quanto no internacional, com base nas conclusões desses estudos, há um panorama de baixos níveis de transparência, *accountability* e acesso à informação, o que desfavorece o controle social da gestão pública.

3 MÉTODO

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, tendo como objetivo principal a descrição das características de determinada população. Uma de suas características mais relevantes se encontra na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2002).

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, pois buscou traduzir os números e dados coletados em uma análise e posteriormente em uma conclusão. Justifica-se uma abordagem mais qualitativa pelo fato da preocupação ser a interpretação ao invés de medição (MARTINS; THEÓFILO, 2007). Os dados foram analisados por meio do método indutivo, “[...] processo mental em que, partindo-se de dados particulares, devidamente constatados, pode-se inferir uma verdade geral não contida nas partes examinadas” (PRESTES, 2012, p. 36).

Como técnica de pesquisa foi utilizado o levantamento documental realizado por meio de portais de transparência e sítios eletrônicos das prefeituras determinadas. Todos os municípios de Rondônia foram separados em classes populacionais, após isso foi verificado quais possuem portal eletrônico.

A pesquisa foi desenvolvida com base em modelo de análise proposto por Raupp e Pinho (2013) adaptado ao contexto do estudo. No modelo original os dados coletados foram classificados em três dimensões: prestação de contas; transparência e participação, sendo que em cada uma delas os indicadores seriam considerados com a capacidade nula, baixa, média ou alta, de acordo com os pontos pré-estabelecidos. As dimensões e os indicadores foram renomeados, para que cada dimensão abarque os pontos substanciais das leis que são matrizes do estudo – LRF, LC 131/09 e LAI. As observações nos portais para determinar as capacidades dos indicadores foram realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2015. O modelo de análise é representado através do quadro 1.

Quadro 1 – Checklist, modelo de análise

Prestação de Contas (LRF E LC 131)	
Capacidade	<i>Indicadores</i>
NULO	Inexistência de qualquer tipo de relatório e/ou impossibilidade de sua localização
BAIXO	Divulgação parcial e/ou após o prazo do conjunto de Relatórios Legais
MEDIO	Divulgação dos Relatórios Legais nos prazos definidos em lei
ALTO	Divulgação, além do conjunto de Relatórios Legais no prazo, de Relatórios Complementares de gastos incorridos. Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira
Transparência e Informação (LAI)	
Capacidade	<i>Indicadores</i>
NULO	Inexistência de divulgação na <i>internet</i> dos registros de repasses financeiros, registro das despesas e informações sobre procedimentos licitatórios
BAIXO	Divulgação parcial e/ou de acesso dificultoso das informações citadas
MEDIO	Divulgação das informações citadas de formas clara, objetiva e atualizada.
ALTO	Divulgação de informações além do que foi estabelecido em lei: Registro das competências e Estrutura organizacional/ Endereços e telefones/horários e locais de atendimento ao público; Despesas/repasses e transferências; Procedimentos licitatórios/contratos celebrados; Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos, obras; Perguntas mais frequentes da sociedade
Participação (LRF E LC 131)	
Capacidade	<i>Indicadores</i>
NULO	Inexistência de qualquer tipo de canal para a participação dos cidadãos
BAIXO	E-mail da prefeitura; e-mail dos secretários municipais; e-mail das secretarias municipais
MEDIO	Facebook e/ou Twitter; Vídeo Youtube das ações municipais; Enquetes
ALTO	Ouvidoria; Indicativo de Retorno; Além de apresentar as opções anteriores

Fonte: Adaptado de Raupp & Pinho (2013).

Na dimensão ‘Prestação de Contas’ foi utilizado como diretriz o art. 48 da LRF, que teve sua redação ampliada pela LC 131/09. O mandamento legal preceitua que são instrumentos de transparência na gestão fiscal, os planos, orçamentos e LDO, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo tribunal de contas competente e, por fim, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme já mencionado anteriormente. (BRASIL, 2000, art. 48).

De acordo com Raupp e Pinho (2013), em relação à dimensão ‘Prestação de Contas’, será considerado com capacidade nula o portal no qual for observada a inexistência de qualquer tipo de relatório e/ou sua impossibilidade de localização. Nessa mesma linha, se houver divulgação parcial e/ou após o prazo do conjunto de Relatórios Legais exigidos pelo art. 48 o portal terá a capacidade classificada como baixa. A capacidade do portal será classificada como média caso atenda os requisitos estabelecidos dentro do prazo legal. O portal será classificado com capacidade alta, caso apresente além dos Relatórios Legais exigidos, Relatórios complementares de gastos incorridos.

A dimensão qualificada como ‘Transparência e Informação’ teve seu fundamento extraído do art. 8^a da LAI, de forma que as capacidades correspondem aos incisos do citado artigo. Nessa dimensão, Raupp e Pinho (2013) sugerem que o portal terá capacidade nula caso inexista divulgação no portal dos registros de repasses financeiros, registros das despesas e informações sobre procedimentos licitatórios (BRASIL, 2011, art. 8, II, III e IV). A capacidade será definida como baixa, caso haja divulgação parcial e/ou de acesso dificultoso das informações citadas. A média capacidade será determinada nos portais que efetivarem a divulgação das informações citadas de formas clara, objetiva e atualizada. Já a alta capacidade será observada nos portais que obtiverem de forma cumulativa os parâmetros definidos na capacidade média e demonstrarem informações além do que foi estabelecido em lei; apresentar registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones, horários e locais de atendimento ao público; despesas/repasses e transferências; procedimentos licitatórios/contratos celebrados; dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos, obras e perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011, art. 8, I, V e VI).

Relativamente à dimensão ‘Participação’, tomou-se como alicerce o § único do art. 48 da LRF. Consoante Raupp e Pinho (2013), será considerado como de baixa capacidade o portal em que não houver qualquer tipo de canal para a participação dos cidadãos. A baixa capacidade será identificada no portal em que houver um dos seguintes elementos: e-mail da prefeitura; e-mail dos secretários municipais; e-mail das secretarias municipais. O portal será considerado como de média capacidade caso apresente, de forma cumulativa, pelo menos um elemento do indicador de baixa capacidade e um dos seguintes indicadores: facebook e/ou twitter do município; vídeo youtube das ações municipais; enquetes. A alta capacidade será identificada no portal que obtiver, de forma cumulativa, pelo menos um indicador de baixa capacidade, pelo menos um indicador de média capacidade e um dos seguintes indicadores: ouvidoria; indicativo de retorno.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estado de Rondônia está situado na região norte do Brasil e possui 52 municípios. Tendo em vista o objeto de estudo, foi necessário verificar quais os municípios possuem portal eletrônico.

Conforme o levantamento realizado, 50 municípios rondonienses possuem portais eletrônicos. Na tabela 1 são apresentados os municípios por classe populacional, assim como a quantidade de portais eletrônicos.

Tabela 1 – Distribuição dos municípios com portal eletrônico por classe populacional.

Classe Populacional	Quantidade de Municípios	Quantidade de Municípios com portal eletrônico	%
Até 5.000 habitantes	6	6	100
De 5.001 até 10.000 habitantes	10	8	80
De 10.001 até 20.000 habitantes	19	19	100
De 20.001 até 50.000 habitantes	10	10	100
De 50.001 até 100.000 habitantes	5	5	100
De 100.001 até 500.000 habitantes	2	2	100
Total	52	50	96

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Dados da pesquisa (2015).

Percebe-se que 96% dos municípios rondonienses possuem portal eletrônico. Os municípios que não possuem são: Itapuã do Oeste, com 8.566 habitantes e São Felipe d'Oeste, com 6.018 habitantes, conforme dados obtidos pelo (IBGE, Censo Demográfico, 2010). Tais municípios, pelo fato de possuírem menos de 10.000 habitantes, estão desobrigados por lei de manter portal eletrônico para efetiva divulgação obrigatória na internet dos aspectos exigidos na norma regente, conforme o art. 8^a, § 4^o da Lei de Acesso à Informação. Todavia, essa mesma norma legal não os desobriga de cumprir os preceitos constantes na LRF. Segundo a mencionada lei, todos os municípios brasileiros estão obrigados a disponibilizar informações sobre as execuções orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público. Por conseguinte, São Felipe d'Oeste e Itapuã do Oeste não integram o objeto da pesquisa pelo fato de não possuírem sítio eletrônico.

Após o levantamento dos municípios que possuem portal eletrônico, foi realizada a análise, baseada na observação e coleta das informações que compõe o escopo da pesquisa em suas três dimensões.

A análise foi organizada por classes populacionais definidas na tabela 1. Foi constatado que os municípios com maior população e, conforme o panorama rondoniense, mais desenvolvidos economicamente, não dispõem necessariamente, de portais eletrônicos com índices mais elevados de prestação de contas, transparência e informação e participação. Tal observação é análoga à obtida por Raupp e Pinho (2013) e apresentada no estudo dos portais eletrônicos das Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina. Pode-se inferir que, nos dois estudos, os fatores econômicos e populacionais não interferem diretamente na determinação da construção da *accountability*.

Essa constatação nos leva a crer que fatores sociais, como nível educacional da população interessada, disposição à administração gerencial por parte dos governantes em determinada época e alterações na cultura organizacional da gestão pública, constituindo um rol meramente exemplificativo, não seriam elementos suficientes para favorecer uma administração transparente.

Os indicadores se mantiveram proporcionais ao longo das classes estabelecidas, por conseguinte, consoante o entendimento construído, constata-se que não foram observados, no geral,

indicadores que apontassem um maior grau de desenvolvimento da *accountability* nos municípios mais populosos. A sinopse dos resultados apresentados na tabela 2 corrobora as conclusões expostas.

Tabela 2 – Sinopse dos resultados conforme as dimensões analisadas

Classe Populacional	Prestação de Contas				Transparência e Informação				Participação			
	Nula	Baixa	Média	Alta	Nula	Baixa	Média	Alta	Nula	Baixa	Média	Alta
Até 5.000 habitantes	1	5	0	0	1	1	1	3	1	4	1	0
De 5.001 até 10.000 habitantes	1	7	0	0	0	5	0	3	2	5	1	0
De 10.001 até 20.000 habitantes	5	14	0	0	2	14	0	3	9	6	3	1
De 20.001 até 50.000 habitantes	2	8	0	0	2	4	1	3	4	6	0	0
De 50.001 até 100.000 habitantes	1	4	0	0	1	1	0	3	1	0	2	2
De 100.001 até 500.000 habitantes	0	2	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1
Total	10	40	0	0	6	26	2	16	18	21	7	4

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ainda que os municípios com população de até 10.000 habitantes estejam desobrigados de manter portal eletrônico, tais municípios foram preservados na amostra da pesquisa a fim de que o estudo se torne mais abrangente e reflita da melhor maneira possível o atual cenário de prestação de contas dos municípios rondonienses.

Em análise da sinopse apresentada, pode-se observar que os municípios classificados na faixa de até 10.000 habitantes foram responsáveis por 6 dos 15 indicadores de capacidade alta na dimensão ‘Transparência e Informação’, reafirmando sua relevância no objeto ora estudado.

A partir dos dados apresentados, foi elaborado o *ranking* dos portais eletrônicos dos municípios de Rondônia, de modo a demonstrar o desempenho individual em cada uma das dimensões analisadas, sempre com base no modelo proposto por Raupp e Pinho (2013), demonstrado na tabela 3 à frente. Foram gerados 13 grupos entre aqueles com maior e menor desempenho, quanto aos níveis de divulgação das exigências legais.

De acordo com a Controladoria Geral da União, em pesquisa realizada no ano de 2014, com os dados atualizados em fevereiro de 2015, o estado de Rondônia regulamentou a LAI por meio do Decreto nº 17.145, de 1º de outubro de 2012, o que, em tese, deveria promover uma maior integração entre o governo do estado e os municípios na busca pela promoção da *accountability*, em face do detalhamento das especificidades locais, e do fornecimento de condições materiais para que se faça cumprir a lei. Conquanto, com exceção dos grupos 1, 2, 3 e 4, que obtiveram capacidade alta na dimensão ‘Transparência e Informação’ – que reflete as perspectivas primordiais da LAI –, ou seja, indo além do que a lei exige, e do grupo 5 que publicou o que a lei exige, todos os outros grupos obtiveram capacidade nula ou baixa. Vale destacar que fora o grupo 1, os outros grupos que obtiveram a capacidade alta na dimensão analisada ainda convivem com capacidade negativa (nula ou baixa) nas outras duas dimensões. Um município do grupo 8 possui capacidade nula para a dimensão ‘Transparência e Informação’, o que o deixa em situação inferior que o do grupo 7.

Tabela 3 – Ranking dos portais eletrônicos dos municípios

Grupo	Prefeitura	Prestação de Contas	Transparência e informação	Participação
1	Ariquemes, Governador Jorge Teixeira, Porto Velho, Vilhena	baixa	alta	alta
2	Cacaulândia, Jaru, Primavera de Rondônia	baixa	alta	média
3	Buritis, Monte Negro, Nova Mamoré, Nova União, Pimenteiras, Teixeiraópolis	baixa	alta	baixa
4	Presidente Médici, Santa Luzia d'Oeste, São Francisco do Guaporé	baixa	alta	nula
5	Parecis, São Miguel do Guaporé	baixa	média	baixa
6	Cacoal, Candeias do Jamari	baixa	baixa	média
7	Alto Alegre dos Parecis	nula	baixa	média
8	Ministro Andreazza	baixa	nula	média
9	Alta Floresta d'oeste, Alto Paraíso, Alvorada d'Oeste, Cabixi, Corumbiara, Mirante da Serra, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Rio Crespo, Theobroma, Vale do Paraíso	baixa	baixa	baixa
10	Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cujubim, Espigão d'Oeste, Ji-Paraná, Seringueiras	baixa	baixa	nula
11	Vale do Anari	nula	baixa	baixa
12	Costa Marques, Nova Brasilândia d'Oeste, Urupá	nula	baixa	nula
13	Campo Novo de Rondônia, Castanheiras, Guajará-Mirim, Machadinho d'Oeste, Rolim de Moura	nula	nula	nula

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Dos municípios com melhores desempenhos, Grupo 1, Ariquemes e Porto Velho são os que mais se destacaram no nível da transparência e acesso à informação.

Na dimensão 'Prestação de Contas' nenhum grupo obteve capacidade média ou alta, tendo em vista que município algum divulgou o parecer prévio do TCE. Constatou-se que os únicos arquivos relativos ao aspecto exigido constam no sítio do município de Porto Velho, porém os pareceres apresentados são dos anos de 2011 e 2012, que não satisfazem, desse modo, o enfoque da pesquisa. Os casos críticos estão presentes no grupo 13, que não apresenta qualquer instrumento de construção da *accountability*, nos levando a apontar capacidade nula nas três dimensões.

Os resultados da pesquisa sinalizam a existência de assimetria informacional, haja vista que a disponibilização de informações, considerando as três dimensões, e com algumas exceções, ainda se dá de maneira inadequada. Da forma como se dispõe o cenário regional, somente os administradores têm amplo acesso às informações, impedindo que os cidadãos exerçam o controle social das contas públicas (SOUZA *et al*, 2013).

De forma correlata ao estudo realizado por Raupp e Pinho (2015), os achados da pesquisa revelam o descumprimento da legislação aplicável – LRF, LC 131/09 e LAI – que exige, por meios eletrônicos, a divulgação de relatórios e disponibilização de canais de participação que permitem ao cidadão verificar a efetiva aplicação dos recursos públicos de acordo os interesses da coletividade.

Tais constatações refletem a realidade encontrada no presente estudo, pelo fato de o *ranking* elaborado evidenciar, no geral, que os portais eletrônicos dos municípios de Rondônia não são utilizados como ferramentas de concreta construção da *accountability*, uma vez que expõem na maioria dos casos, indicadores com capacidade nula ou baixa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi de identificar o nível de divulgação das exigências das normas de transparência e de acesso à informação, a partir da análise de cinquenta portais eletrônicos dos municípios de Rondônia. A pesquisa foi fundamentada no modelo proposto por Raupp e Pinho (2013), o qual foi adaptado, ao passo que abarcou os principais pontos das leis que regem o tema ‘transparência e prestação de contas’ no ordenamento jurídico brasileiro: LRF, LC 131/09 e LAI. O modelo possibilitou a construção de um *ranking*, idealizado em três dimensões que sintetizam o entendimento de *accountability*: prestação de contas, transparência e informação e participação. Cada dimensão possui seu indicador de capacidade: nula, baixa, média ou alta.

Os municípios de Itapuã do Oeste e São Felipe d’Oeste não fizeram parte da análise por não possuírem portal eletrônico, mesmo sendo desobrigados de cumprirem a LAI, necessitam observar os preceitos constantes na LRF. Os municípios de Ariquemes, Governador Jorge Teixeira, Porto Velho e Vilhena compuseram o grupo 1, apresentando os melhores índices nas dimensões analisadas. Ressalta-se que mesmo no grupo 1, a dimensão que retratou os piores indicadores foi ‘prestação de contas’, visto que os municípios, em sua totalidade, deixaram de apresentar o parecer prévio do Tribunal de Contas, o que demonstra o descumprimento da legislação (BRASIL, 2000).

Os casos preocupantes estão presentes no grupo 13, composto pelos municípios de Campo Novo de Rondônia, Castanheiras, Guajará-Mirim, Machadinho d’Oeste e Rolim de Moura. Ocorre que todos eles possuem portal eletrônico, porém não foram localizados os itens exigidos no modelo de análise em nenhuma de suas dimensões.

Retomando a citação já feita no início deste estudo, um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elencados pelo CFC (2008), é o de que os relatórios contábeis advindos do ente político correspondente devem apresentar o suporte para instrumentalização do controle social. Conforme foi visto, os municípios de Rondônia, com pontuais exceções, não fornecem as devidas informações e os relatórios necessários para um efetivo controle social, deixando, muitas vezes, de cumprir os mandamentos legais (BRASIL 2000; BRASIL 2009; BRASIL 2011).

Reiterando os ensinamentos de Santana Júnior (2008), a inércia dos municípios em cumprir os ditames da lei causa óbice para que os cidadãos, que são chamados a pagar tributos, a fim de custear as atividades estatais, verifiquem a correta aplicação dos recursos públicos. As constatações feitas se encontram em situação convergente às observadas em estudos anteriores que possuíam objetivo semelhante (RAUPP; PINHO, 2013; SOUZA *et al.*, 2013; RAUPP; PINHO, 2015).

Assim, as conclusões apontam que o nível de evidenciação de informações pelos municípios de Rondônia ainda se encontra incompatível com o presente estágio das exigências da legislação brasileira, mas está consoante a realidade de *accountability* de outros municípios brasileiros, conforme estudos anteriores realizados no país.

Como limitações deste trabalho destacam-se: i) trata-se de uma observação que visou informações referentes ao exercício findo em 2014. Caso fossem observados anos anteriores, poderia-se estabelecer uma série histórica de como os municípios agiram para tentar se adequar à legislação; e ii) o modelo utilizado é uma adaptação do que fora utilizado em estudos similares. Raupp e Pinho (2013, 2015) concentraram seus estudos no Poder Legislativo, o que apresenta uma limitação para uma comparação de resultados e conclusões.

Por esse viés, como contribuições para pesquisas futuras, sugere-se que o modelo seja ampliado, de maneira que concatene outros pontos das leis analisadas e aplicadas em municípios de outros estados da Federação, a fim de se identificarem tendências e regularidades. Sugere-se ainda que sejam realizadas pesquisas de caráter qualitativo, com a finalidade de observar as percepções dos servidores dos municípios sobre o que leva à divulgação de mais ou menos informações, pois conforme fora esposado, os fatores econômicos e populacionais possivelmente não são os determinantes que influenciam diretamente no nível de *accountability* dos municípios. Desataca-se ainda outra sugestão de pesquisa que é investigar o porquê dos municípios melhores ranqueados e o dos piores, ao identificar variáveis como cultura, nível de cobrança dos cidadãos, entre outras, que interferem no processo.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C.; BRESSAN, V. G. F.; CUNHA, J. V. A. Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 3, art. 4, jul./set. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../constituicao.htm>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. **Lei Complementar n. 101, de 4 maio 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 07 out. 2014.

_____. **Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 07 out. 2014.

_____. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 07 out. 2014.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, jan./mar. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2014.

FRANCO, L. M. G.; REZENDE, D. A.; FIGUEIREDO, F. C.; NASCIMENTO, C. Transparência na divulgação da contabilidade pública municipal paranaense no ambiente da *internet*. XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração. **Anais... ANPAD**. Rio de Janeiro, 2012.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 6, n.1, p. 73-88, jan./abr. 2014.

GAO. UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Normas de Auditoria Governamental** - Revisão 2003. Tradução de Pedro Humberto Teixeira Barretto. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO FEDERAL-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Pesquisa da CGU**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente/mapa-transparencia/rondonia>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

GINGRAS, A. Access to information: An asset for democracy or ammunition for political conflict, or both? **Canadian Public Administration**, v. 55, n. 2, june/juin 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1754-7121.2012.00215.x/pdf>> Acesso em: 02 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

LEITE FILHO, G. A.; ANDRADE, I. C. F.; COLARES, A. F. V. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. XI Congresso USP de Iniciação Científica – Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil. **Anais...** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.congressoup.fipecafi.org>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, G. **Comentários à Lei de responsabilidade fiscal**. In: MARTINS, I. G. da S. ; NASCIMENTO, C. V. do (Orgs.). São Paulo: Saraiva, 2012.

MOTA, A. C. Y. H. A. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**. 2006. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política, São Paulo, 2006.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. *Accountability: a razão de ser da contabilidade*. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 1, n. 3, art. 5, p. 83-100, set./dez. 2007.

OWEN, B. B.; COOKE, L.; MATTHEWS, G. The development of UK government policy on citizens' access to public sector information, **Information Polity**, v. 18, p 5-19, 2013.

PABLOS, N. P.; FIGUEROA, G.G.; RODRÍGUEZ, E. Democratización y rendición de cuentas El caso de la revisión de las cuentas públicas municipales en Sonora. **Gestión y Política Pública**, v. 16, n. 1, 2007.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

PRADO, O. **Governo eletrônico e democracia: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2004.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2012.

QUEIROZ, D. B.; NOBRE, F. C.; SILVA, W. V.; ARAÚJO, A. O. Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de *disclosure*, tamanho e características socioeconômicas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v.1, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2013.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, mar. 2011.

_____. *Ranking dos legislativos locais na construção da accountability: um estudo a partir dos portais eletrônicos de municípios de Santa Catarina*. **Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, v. 7, n.1, p. 69-83, jan/abr. 2013.

_____. *Prestação de contas no legislativo local antes e depois da lei de acesso à informação*. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 29, p. 30-46, jan./abr., 2015.

RODRIGUES, A. C. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 64-80, jan./abr., 2013.

SANTANA JÚNIOR, J. J. B.; LIBONATI, J. J.; VASCONCELOS, M. T. C.; SLOMSKI, V. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 3, art. 4, set./dez. 2009.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. 2008. 177 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN, Recife, 2008.

SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, M. C. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 94-113, set./dez., 2013.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 242-54, set./dez., 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 2, n. 25, p. 137-158, jan./abr., 2015.